

*O público e o privado no Império
Português de meados do século
XVIII: uma carta de D. João de
Almeida, Conde de Assumar, a
D. Pedro de Almeida, Marquês de
Alorna e Vice-Rei da Índia, 1749*

*Laura de Mello e Souza**

1. O documento, os protagonistas e o sentido das cartas de nobres

No Arquivo Nacional da Torre do Tombo, há um fundo, denominado Casa da Fronteira, em que se encontram documentos referentes à família dos Marqueses do mesmo nome. Como de praxe em linhagens antigas e importantes, outras grandes famílias tituladas se entroncam nesta, como os Almeida, ou Almeida Portugal, primeiro, Condes de Assumar e, a partir de 1748, Marqueses de Alorna. Também os papéis da família Almeida estão no Fundo Casa da Fronteira e, entre eles, alguns documentos importantíssimos referentes a D. Pedro Miguel de Almeida Portugal, terceiro Conde de Assumar e primeiro Marquês de Alorna, figura destacada no século XVIII luso-brasileiro por

* Professora do Departamento de História da USP

Tempo, Rio de Janeiro, n° 13, pp. 59-75

ter sido Capitão-General de São Paulo e Minas do Ouro, entre 1717 e 1721, quando ordenou a execução sumária de Filipe dos Santos.

D. Pedro Miguel foi depois Vice-Rei da Índia, e um dos mais importantes, tomando com brilho a praça de Alorna. Entre o período mineiro e o indiano, filiou-se à Real Academia de História, escreveu, comprou livros, foi Comandante Militar no Alentejo e gerou 9 filhos; dois já haviam nascido e morrido antes de sua partida para as Minas, o que totaliza uma prole de 11 rebentos. A esposa, D. Maria José Nazaré de Lencastre, pertencia à ilustre família dos Condes de Vila Nova de Portimão e não o acompanhou nas viagens de serviço: permaneceu em Portugal, cuidando da prole, lutando com as dificuldades financeiras e, por fim, contra a doença horrível que a levou.

Dos filhos, D. João de Almeida herdou a casa e o título. Como D. Luís e D. Fernando, irmãos menores, estudou em Paris e freqüentou a Corte de Luís XV. Contava cerca de 20 anos ao ser chamado a Lisboa para se casar com D. Leonor de Távora, filha de Francisco de Assis Távora. Quando o pai, D. Pedro, foi feito Marquês de Alorna, passou a usar o título de Conde de Assumar. Em 1758, ao ocorrer o atentado contra D. José I, foi preso junto com os demais membros da família, escapando, contudo, da execução. Amargou cerca de 15 anos nos cárceres do Limoeiro, onde recebia as visitas da filha, Leonor, também, mais tarde reconhecida como poeta de talento: a Marquesa de Alorna, uma das poucas mulheres a se destacarem na literatura portuguesa de então.

D. Ana, a mais velha da irmandade — dois meninos haviam morrido logo depois de nascerem — casou-se aos 24 anos com D. Lourenço de Noronha, filho do Conde dos Arcos de Valdevez. Um ano depois, deu à luz uma filha, D. Maria do Rosário, deixando-a órfã com pouco mais de uma semana. Esta moça se casaria, também aos 24 anos, com D. José Luís de Castro, segundo Conde de Resende e, depois, Vice-Rei do Brasil. Dentre os 11 filhos do casal, uma das moças, Maria Benedita do Patrocínio de Castro, se tornaria mulher de D. Luís da Cunha Grã Ataíde e Melo, quarto Conde de Povolide e Governador de Pernambuco e da Bahia. Assim, o destino dos descendentes do Conde de Assumar estaria, por todo o século, ligado ao da América Portuguesa.

D. Teresa, nascida em 1727, tornou-se carmelita descalça no mosteiro dos Cardeais de Lisboa, adotando o nome de Sor Teresa de Jesus Maria. Sobre os demais, como o caçulinha Diogo, talvez morto bem cedo, escasseiam as

informações, e eles não aparecem mencionados no documento que passarei a analisar.¹

Trata-se de uma carta, escrita em 13 de abril de 1749, pelo jovem Conde de Assumar, D. João de Almeida, e endereçada ao pai, D. Pedro Miguel, já então Marquês de Alorna e quase concluindo seu governo indiano. A caligrafia é clara e segura e o documento tem 39 fólios — uma carta longuíssima, portanto, que deve ter ocupado o autor por vários dias.² É uma fonte extraordinária para o estudo da vida dos nobres portugueses no ocaso do período joanino, entremeando elementos da vida pública e da vida privada. Um de seus aspectos mais fascinantes é o drama vivido pelas famílias dos administradores coloniais: enquanto o chefe da casa não tinha saída, compelido a servir ao Rei em longínquas possessões do Império, ganhando em troca títulos e, às vezes, amealhando um pecúlio de origem duvidosa, a mulher, os irmãos e os filhos lutavam desesperadamente contra as dívidas, as penhoras e os arrendamentos, urdindo estratégias e intrigas para ter de volta o chefe do clã.

São dois os objetivos principais deste trabalho. Primeiro, a partir de uma análise específica, chamar a atenção sobre a importância dos acervos particulares das famílias nobres. Alguns deles já se acham incorporados a instituições públicas, como é o caso do Fundo Casa da Fronteira. Outros, contudo — e não poucos — continuam sendo propriedade privada e, nem sempre, tratados com o cuidado que merecem.

O segundo objetivo deste trabalho é mostrar que as cartas de famílias nobres constituem documentos inestimáveis para a melhor compreensão do passado luso-brasileiro, sobretudo quando destas famílias saíram administradores do império. Já há algumas gerações consideramos com desconfiança nossos governadores de antanho, pois a história recente e a situação contemporânea do país favorecem revisões na análise das elites e levam à solidarie-

¹ Todas as informações foram extraídas de Antonio Caetano de Souza, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo X, Coimbra, Atlântida, Livraria Editora, Ltda., 1953, pp. 479 e segs; Manuel Artur Norton, *D. Pedro Miguel de Almeida Portugal*. Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1967, *passim*. Laura de Mello e Souza, “Estudo Crítico”, *Discurso Histórico Político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720*, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1944, pp. 13-56.

² *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Casa da Fronteira, 118. Quando elaborei este estudo, esta e outras cartas de D. João de Almeida ainda não haviam sido publicadas, e a transcrição que sigo é a que fiz e que utilizo aqui, modernizada. Para a edição de cartas de D. João ao pai, ver Nuno Gonçalo Monteiro, *Meu pai e meu senhor muito de meu coração — correspondência do conde de Assumar para seu pai, o marquês de Alorna*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa / Quetzal Editores, 2000.

dade em relação aos desfavorecidos. Mas a História e seus protagonistas têm tanta complexidade que as clivagens e os recortes de cunho mais ideológico às vezes se mostram limitadores. Sem compreender o universo mental e os projetos das elites, avança-se menos no entendimento das nossas desventuras atuais.

As cartas familiares trazem, contudo, questões ainda mais delicadas para o historiador. Revelam a dimensão privada, íntima, onde o tom é dado por sentimentos e sensibilidades, e acabam impondo impulsos de simpatia, pois é humana e comum a dimensão que trazem à tona. O grande desafio da análise reside, portanto, em conseguir manter o afastamento ante um grupo social assentado no privilégio e, não raro, na iniquidade, sem contudo amputar-lhe a dimensão humana, imprescindível à compreensão da História.

D. Pedro Miguel de Almeida Portugal ficou na memória historiográfica brasileira como o suplicizador brutal de Filipe dos Santos. Os historiadores portugueses, por sua vez, lembram-no e celebram-no como o conquistador de Alorna, grande agente, portanto, da epopéia imperial e colonialista. O que a carta em estudo revela são dramas e infortúnios de uma família às voltas com problemas de saúde, dinheiro, afetos, tudo desembocando em sofrimento, morte e desilusões. Uns nasciam, outros se iam, e o *pater familias* recebia as notícias tristes ou alegres por meio de cartas demoradíssimas, dependentes das frotas e das monções. Esta situação quase sempre dramática, distinta das imagens idealizadas que a memória heróica do império ultramarino lusitano cristalizou, é uma pequena fresta que esclarece aspectos até hoje não estudados do Império Português, sugerindo, como o título de um filme recente, que muitas vezes era vã a glória de governar.

2. Os assuntos

Dois acontecimentos fúnebres abrem a carta que D. João escreveu ao pai: a morte de sua irmã, D. Ana, ocorrida logo após o parto da primeira filha, e a de sua mãe, D. Maria José, que comandava a casa na ausência do marido. Dos últimos momentos, muito pouco é dito, mas há numerosos detalhes sobre os sintomas das doenças; as opiniões emitidas pelos sucessivos médicos de que a família foi lançando mão; o recurso a terapias variadas, entre elas as populares e pouco ortodoxas; os desejos e as disposições das moribundas e, por fim, a idealização delas, que morrem quase como santas.

O segundo bloco temático discorre sobre as tentativas realizadas para conseguir trazer o pai de volta, que incluíam idas ao Paço e pressões sobre

membros do círculo de ministros mais próximo ao Rei. O terceiro bloco acha-se diretamente ligado ao segundo e compreende a narrativa dos insucessos dos jovens Condes de Assumar, no sentido de conseguirem herdeiro para a linhagem.

O quarto bloco trata dos dissabores financeiros e da derrocada da casa. É longo e constitui quase um plano de administração privada, indicando gastos passíveis de serem cortados e rendimentos que, mediante a adoção de novas medidas, poderiam sofrer aumento considerável. Entremeadado com estas preocupações, encontra-se uma espécie de balanço das relações familiares, marcado ora pela harmonia, ora pelo conflito. Por fim, uma série de observações e notícias mais soltas encerram o documento.

Apesar de centrada na esfera privada, tendo no sentido e na preservação da família a sua coluna dorsal, há momentos em que a carta se volta para a esfera pública, deixando entrever as tensões que opunham nobreza e Rei. A presença desta esfera, contudo, é função do drama privado, capaz de articular todos os eixos. Dramas privados referidos na carta são a morte dos entes queridos e o trauma doméstico trazido pela perda, assim como as despesas excessivas com o casamento do jovem conde, ameaçando a fortuna já carcomida dos Almeida e, em consequência, o *status* nobre; são, ainda, o decréscimo de prestígio da família na Corte joanina, que, por isto, é vista com reserva e uma ponta de ressentimento, tornando urgente o regresso paterno, pois só ele poderia recompor finanças e *status*: afinal, tratava-se de um Vice-Rei feito Marquês por bravura e cogitado, naquele momento, para substituir D. Luís da Cunha, recém-falecido, como Embaixador junto à Corte de Luís XV.³

3. Doenças e mortes

A irmã, D. Ana, passara sem febre até o décimo dia após o parto. Animada com a recuperação, apesar de sangrada seis vezes por estar excessivamente gorda, “fizera várias desordens, entre as quais (...) cortar as unhas dos pés e não se resguardar do ar”. Logo sobrevieram fortes dores de cabeça, suspensão de evacuações e, por fim, “uma violentíssima doença”. Como já sofrera sangrias, o médico da família, Bernardo da Silva, hesitou em repeti-las. Foi então acometida de uma paralisia que os médicos costumavam chamar de histérica, ficando-lhe “porém a cabeça livre” para poder pedir os sacra-

³ Norton, *op. cit.*

mentos “e dar mostras de grande devoção”. Na semana seguinte só piorou, apesar das repetidas sangrias — mais treze — que lhe aplicaram; por fim, “entrando em ameaços de apoplexia”, “faleceu dando as maiores provas da sua grande virtude”: o “semblante alegre”, “a grande formosura com que ficou depois de morta, junto a uma grande flexibilidade”. Apesar de, conforme o juízo do irmão, “Anica” ter entrado de imediato na bem-aventurança, a família não descuidou dos sufrágios: “perto de sete mil missas, oitocentas e tantas comunhões nos conventos de melhor reputação, alguns saltérios, disciplinas, rosários e mais carta de orações”, tudo cuidadosamente anotado num rol pela velha Marquesa.

Esta agüentou firme a doença e a morte da filha, ocultando de todos os males que já vinha sofrendo. Quando se descobriram, era tarde demais, e “tinham fermentado demasiadamente os humores”, conforme o julgamento da medicina galênica, ainda vigente em Portugal. Os rins doíam, sangraram-na e, como não melhorasse, “lhe deram bichas”, ou seja, aplicaram-lhe sanguessugas. As dores migraram para as costelas, e os médicos afinal descobriram dois tumores, “um no fígado e outro no baço, que mostrava claramente ser uma obstrução”. Enfim, a pobre senhora “entrou a inchar monstruosamente do estômago para baixo” e passou a ser assistida permanentemente por uma junta de quatro médicos, que lhe administravam “leites, soros, (...), tisanas de aveias, assentando firmemente que os remédios frescos eram os únicos que convinham à qualidade da queixa”. Temiam que a obstrução degenerasse em hidropisia, doença considerada crônica e quase impossível de curar.

Como a mãe só piorasse, D. João começou a procurar outros médicos, chegando ao da Rainha, que era estrangeiro e aconselhou o uso de uma receita alemã. Instaurou-se então a polêmica, e os médicos portugueses passaram a divergir do colega de fora. D. João os acompanhou: “não nos pareceu conveniente que minha mãe se entregasse sem mais exame nas mãos de um estrangeiro pouco experimentado do nosso clima”. A última autoridade deveria ser Bernardo da Silva, o médico familiar, e não o médico da Corte, que, apesar de atender à Rainha, não passava de um forasteiro... O médico familiar recusou as “matérias sumamente cálidas e excitantes”, prescrevendo leites e, para contornar o fastio da paciente, laranjas.

Ante o pouco êxito dos médicos nacionais, tentaram-se por algum tempo os exorcistas, desconfiando-se que a causa última fossem malefícios. Por fim, um certo Manuel Rodrigues, cirurgião recém-chegado da França, des-

cobriu água na barriga da Marquesa. Nova junta, então composta por médicos e cirurgiões — homens mais práticos do que teóricos, e sem a formação universitária daqueles — decidiu operá-la e extrair a água da cavidade abdominal. Começava para a pobre mulher um calvário de operações, seguidas, primeiro, de alívio e, num curto prazo, pelo reaparecimento dos sintomas anteriores. Chamou-se um médico grego, conhecedor de simples, ou seja, ervas medicinais. Novas juntas se formaram, agregando novos especialistas. Nenhuma melhora sobrevinha. O filho tornou-se enfermeiro da mãe “e uma inseparável testemunha dos tormentos que ela padecia”. Entregando os pontos, e certa da morte próxima, “não houve ato de católica que não fizesse”, comungando mais de trinta vezes no decorrer da moléstia, recebendo a extrema-unção e, como a filha, expirando santamente.

Sobreveio, então, o desespero da família e, a seguir, a aceitação da adversidade: “Em toda esta casa se não ouvia mais que alaridos e soluços, e foi tal a aflição em que me via”, relata D. João, “que por algum tempo perdi inteiramente os sentidos, e ainda me acho com um tal peso no coração, que me parece menos custosa a morte...” Consternada, D. Leonor, a jovem esposa de D. João, passou semanas “em um ataque de acidentes”, e ele lastima ter sido “testemunha ocular do estrago que a morte fez nas duas pessoas” queridas. Discorda também da vontade da mãe, que o escolheu como herdeiro de sua terça, deixando entrever a tensão subjacente ao sistema português de morgadio, enquanto revelava sentimentos retos e de solidariedade para com os irmãos — como, aliás, em outras cartas que escreveu:⁴

(...) nunca fui da opinião de que o mais velho, além de ser sempre o mais bem livrado, tivesse fora disso tudo quanto possuíam seus pais, e que os outros, que não eram menos filhos de Vossa Excelência, ficassem sempre dependentes, e na obrigação de se matarem com o trabalho, para poderem viver.

Num indício de que no mundo lusitano os santos eram quase membros do núcleo doméstico, a Marquesa deixou cinco diamantes: um a cada filho e o último a um santo. Diante da aflição da mãe, temente ainda em vida de que os sufrágios à sua alma tardassem devido à má situação financeira da

⁴ Ver, a respeito, meu artigo “Fragmentos da vida nobre em Portugal setecentista”, Walnice Nogueira Galvão & Nadia Battella Gotlib. *Prezado senhor, prezada senhora — estudos sobre cartas*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000, pp. 77-88. Sobre as origens dos morgadios, consultar Maria de Lurdes Rosa, *O morgadio em Portugal — séculos XIV-XV — modelos e práticas de comportamento linhagístico*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995.

família, D. João prometera empenhar as jóias da esposa — o que efetivamente teve de ser feito, sobretudo porque eram muitos os gastos: “quatro mil mis-sas de corpo presente” (como se fariam?!), “mil das outras”, “duzentas bulas e saltérios”.

Quando da morte de D. Ana, a Marquesa havia solicitado ao viúvo, D. Lourenço, que lhe desse a recém-nascida para criar. O genro concordou, mas quando a sogra se foi, e a jovem D. Leonor já se prontificava a criar a menina, o pai pediu-a de volta, dando seus motivos:

(...) quando a confiara, não foi sem repugnância, mas que o fizera somente por dar algum alívio a minha mãe, dando-lhe uma neta com que se consolasse da perda de sua filha, mas que presentemente devíamos ter compaixão dele, deixando-lha levar, visto o achar-se entre tanta mágoa tão solitário.

Os cunhados se curvaram aos argumentos, reconhecendo que ninguém tinha mais direito à filha do que o próprio pai e, escoltada por escravas negras, a pequenina deixou a casa da família materna para ir viver na dos Condes dos Arcos.

4. Estratégias familiares

Enquanto o Marquês servia na Índia, consumindo-se em batalhas, intrigas e doenças, sua família lutava para fazê-lo voltar a Portugal.⁵ Todas as manhãs, por meses seguidos, D. João ia ao Paço para falar com Frei Gaspar ou com o Padre Carboni, os dois religiosos todo-poderosos que mandavam talvez mais do que ninguém no final do período joanino. Levava ainda “recados positivos” da mãe para El-Rei, “cheios de lástimas e de misérias para ver se desse modo se lhe movia o ânimo”. As respostas davam margem às “melhores esperanças”, mas os resultados “mostravam um coração empedernido que se não abrandava com cousa alguma”, e tudo continuava inalterado: D. Pedro, na Índia, esperando ser removido a cada momento, os filhos, saudosos, a esposa, desamparada para as decisões mais sérias, a fortuna, esboroando-se.

Certa vez, quando da festa de Santa Engrácia e indo o Rei para São Vicente de Fora, achou-se que a ocasião era boa para enviar nova carta a frei Gaspar. Quem tudo arquitetava, indicando a hora certa de apertar o cerco, era D. Diogo, Irmão de Alorna e figura destacada na vida religiosa de Lisboa,

⁵ Ver, sobre a estada indiana de Alorna, as várias cartas que integram o conjunto denominado “Representações do Marquês d’Alorna, em que pede se lhe dê vista das acusações, pelas quais foi privado da honra de beijar a mão a S. Magde. quando se recolheu de vice-rei da Índia”, *BNL, Reservados*, cód. 852 (coleção Moreira).

porcionista, Deputado da Inquisição e Principal da Santa Igreja de Lisboa.⁶ As notícias variavam: ora se dizia que o Marquês estava prestes a retornar, ora se alegava que era impossível removê-lo diante da precária situação indiana, achando-se o estado “sem mais firmeza” que a “assistência” de D. Pedro, “em grandes ameaços de ser acometido”. Às vezes, circulavam boatos sobre o futuro Vice-Rei, “e cada ministro era empenhado por seu”:

“Frei Gaspar não queria que fosse outro senão meu sogro [o Marquês de Távora] por ter sido discípulo, e ultimamente aliado de Vossa Excelência, e com grandes disposições militares; o Príncipe Infante seu irmão e o Padre Carboni desejavam que fosse D. Álvaro de Abranches, por saber governar a sua casa, ser aplicado e ter servido com grande zelo na Mesa da Misericórdia”,

prosseguiu D. João, mostrando que virtudes privadas tinham reconhecimento na cena pública. O Marquês de Marialva, fidalgo de grande destaque na Corte portuguesa, comandava o partido do Marquês de Angeja. Os muitos candidatos retardavam a troca, tornando-a, no limite, inviável, e o jovem Conde se desesperava com a futrica reinante:

(...) assento que o serviço de Portugal não está para homens de honra e de brio, porque absolutamente nem há palavra nem compaixão nem justiça de casta alguma, e confesso que não sei como vivo por uma parte com o coração partido em pedaços e pela outra em desesperação.

Consumindo-se nas estratégias para trazer o pai de volta, D. João acumulava ainda insucessos nas tentativas de obter herdeiro e podê-lo oferecer ao avô “em sinal da minha obediência”. D. Leonor, outrora uma das mais belas e cobiçadas herdeiras da Corte portuguesa, revelara, após o casamento, ter saúde precaríssima. Quando os médicos acreditavam que estivesse grávida, pariu molas — enfermidade que ainda hoje é grave — e “dali em diante ficou tendo o mesmo mau sucesso quase todos os meses”, crescendo sua “queixa uterina de modo que passava vinte e quatro horas em acidente e com infinitas repetições, e com tal força que se receou por vários sinais que degenerasse em epilepsia”. Os médicos receitaram estação de águas e sobreveio certa melhora.

Sem chefe e sem sucessor, a ilustre casa dos Almeida via-se ainda ameaçada pelas despesas crescentes e pelas receitas que minguavam. As jóias da marquesa “estiveram em grande perigo de se arrematarem na praça”, porque, julgava D. João, do alto de sua ética peculiar de nobre, “o Francisco

⁶ Antonio Caetano de Souza, *op. cit.*

Xavier Monteiro em casa do qual estavam empenhadas é um grande vilão”. Tentou-se concentrar as dívidas na Santa Casa de Misericórdia, que cobrava juros mais baixos — cinco por cento — mas não houve sucesso. Para “pagar as dívidas impertinentes com que nos perseguem”, prosseguia D. João, tentava-se vender a preciosa biblioteca do Marquês.⁷ Apesar de dar a entender que dívidas de nobres deveriam ser aceitas por todos, sobretudo pelos credores, o jovem não conseguia evitar acentuado sentimento de culpa ante o esboroamento da casa, desculpando-se com o pai pelos eventuais equívocos financeiros cometidos, “já que por força de minha desgraça me acho, como Vossa Excelência diz, ao leme desta barca”.

Acossado pela sombra do completo desastre financeiro, começa a cogitar da “reforma da casa”. Os primeiros cortes voltam-se para a criadagem. Conforme atestam estudos recentes, a escravidão doméstica foi considerável em Portugal durante toda a Época Moderna, havendo na casa dos Almeida “agora tanta preta, e tão pouco serviço”.⁸ Procura-se, então, remanejar as tarefas dos negros de casa: sem *valets de chambre* havia oito meses, D. João servia-se, para lacaio, de um preto de “boa figura” que o pai lhe enviara da Índia, entregando ainda a escravos as tarefas de “moço de copa”. Se tais “pretos” eram africanos ou indianos — ou os dois — não fica claro na carta. O que parece evidente é que, em época de crise da economia doméstica, descartavam-se os escravos excessivos, economizando os custos de sua manutenção, e substituíam-se trabalho, que antes fora assalariado, por trabalho escravo, ou o trabalho mais dispendioso pelo mais barato: por exemplo, o copeiro, “que ainda que é excelente, é muito caro, *deita-se fora* e anda-se em ajuste com outro que custará a metade”.

Com os agregados ou empregados que haviam crescido na casa, mostrava-se, contudo, maior solidariedade. Moribunda, a marquesa determinara que se amparasse uma destas moças, pois tinha os pais doidos “e se devia conservar enquanto ela não quisesse tomar algum estado”; como logo manifestou desejo de se recolher a um convento, D. João iria pagar-lhe os duzentos mil réis que lhe eram devidos.

⁷ Sobre a notável biblioteca de D. Pedro Miguel, ver meu “Estudo Crítico”, pp. 42 e segs., e, ainda, “Inventário da biblioteca de D. Pedro de Almeida”, *Arquivo Fronteira — Entre Janelas*, E. 7, caixas. Publicado em Norton, *op. cit.*, pp. 324-344.

⁸ À guisa de exemplo: A. C. de C. M. Saunders, *História social dos escravos e libertos negros em Portugal (1441-1555)*, Lisboa, Imprensa Nacional /Casa da Moeda, 1994.

O capelão da casa lisboeta deveria ser dispensado, mesmo porque a família contava com duas tribunas em igrejas da capital e capelas em todas as quintas. Mas como sempre fora muito fiel, não seria “deitado fora” enquanto se lhe não conseguisse um lugar adequado.

E havia os cortes das despesas de representação — as bem próprias à nobreza, por reforçar-lhe a estima social e as insígnias externas da honra e do *status*. As oito bestas de carruagem, muito magras devido ao frio, esperavam em vão por comprador, e D. João arrazoava que talvez fosse melhor esperar “o tempo do verde” para vendê-las mais gordas. Insistiam — parentes ou amigos, talvez — que seria prudente guardar consigo mais do que as necessárias para duas seges, “porque se não deve faltar às funções do Paço”. O jovem conde, entretanto, mostrava que, além da impossibilidade — por luto ou penúria? — de fazê-lo, achava-se “tão aborrecido de tudo” e “sempre o estivera do Paço pela demasiada e insuportável soberania dos novos príncipes, que não se me dá de faltar a todas as funções e escusar arrogâncias, que é cousa que me desespera”.

Estava para publicar-se uma nova Lei Pragmática que restringiria “toda a casta de luxo”, e D. João a saudava com simpatia: se obedecida, ficava a família isenta de “dar luto” “ainda de escada acima em qualquer ocasião que seja”, o que “não fará mal às nossas economias”⁹. Tinha planos de passar a viver nas quintas, o que lhe parecia mais compatível com o estado das finanças familiares e, após as dolorosas perdas sofridas, o seu ânimo melancólico. Opção assentada, sem dúvida, no apreço secular da nobreza pelas propriedades rurais e no seu apreço particular pela “conservação desta casa”.

Mas nas quintas a situação também não era boa. Em Almeirim, por exemplo, tudo estava arrendado, com exceção da fábrica de seda; nela, D. João depositava suas esperanças: “faço tenção de ver se a posso florescer”. Pensava contratar técnicos fiadores e, assim, impedir desperdícios: fora justamente por faltarem fiadores que os casulos haviam ficado acumulados, a maior parte sendo roída por ratos. O lagar rendia menos pipas de azeite do que poderia, caso houvesse mais bestas para moer, “e para isto tenho descoberto uma nova forma de lagares, que enquanto a besta dá só uma volta, dá a pedra quatro”.

⁹ De fato, a lei foi promulgada um mês e meio depois. “Lei Pragmática proibindo o luxo, e excesso de trajés, carruagens, móveis e lutos, o uso das espadas às pessoas de baixa condição, e diversos outros abusos que necessitam de reforma”, Lisboa, Chancelaria-Mor da Corte e Reino, 28/05/1749. Há exemplar, como Documento Avulso, na *Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Divisão de Obras Raras.

Do outro lado do mundo, o velho marquês mandava pimenta, negros, diamantes e objetos de uso pessoal para a família: *robes-de-chambre*, meias finíssimas, lenços que causavam inveja a muita gente. Fazia-o às claras, provocando comentários que dizem muito sobre as fronteiras do lícito e do ilícito, do público e do privado, levando ainda a pensar no *spoils system* vigente no Império.¹⁰ O filho saía em sua defesa: “respondi que cousas justas e adquiridas com verdade e retidão não necessitam de serem ocultas, nem era justo que o fossem”. E insinuava que, para serviços tão arriscados e penosos, era necessário haver recompensa, contando ao pai uma anedota que ouvira sobre um dos grandes marechais franceses de Luís XIV, que voltava à França após gloriosa campanha na Itália, “onde fez maravilhas, mas ao mesmo tempo se tinha aproveitado dos seguros, em que ganhou somas consideráveis”. “Picado”, o Rei lhe dissera “que sabia que ele tinha feito muito bem os seus negócios”, ao que, sem se alterar, o Marechal respondera: “e os de Vossa Majestade também”.

5. O destino dos filhos

D. João desempenhava com alguma insegurança o papel de chefe interino da família, mordido por um sentimento difuso de inferioridade. Seu modelo sempre presente e inatingível era o pai distante: herói da Guerra de Sucessão Espanhola, governador enérgico — para dizer o mínimo — de mineradores insurgidos, general capaz de dobrar a cerviz dos indianos:

(...) torno a entrar em uma insofrível impaciência de ver guerra e servir debaixo das ordens de Vossa Excelência, e posso segurar-lhe que se não fosse a casa de Vossa Excelência e ser cousa de grande reparo, parecendo doidice, e mo não impedissem, que nesta ocasião largava tudo e ia deitar-me aos pés de Vossa Excelência.

Para matar o tempo e agradar ao pai, que o aconselhara neste sentido, ia-se guiando pelo livro *Des devoirs des gens mariés*. No tocante aos guias de casados, já havia na época muitos manuais portugueses, e tal insistência em seguir cartilha francesa mostra mais uma face da subserviência cultural da nobreza lusitana ante as letras do além-Pireneus.¹¹ Um dos seus gestos de carinho para com o pai era justamente enviar-lhe novidades européias, como a *Viagem ao Rio das Amazonas*, de La Condamine.

¹⁰ Charles R. Boxer. *O Império Colonial Português — 1415-1825* (trad.), Lisboa, Edições 70, 1977.

¹¹ Sobre os manuais de casamento, ver Angela Mendes de Almeida, *O gosto do pecado — casamento e sexualidade nos manuais de confessores dos séculos XVI e XVII*, Rio de Janeiro, Rocco, 1992.

Esta carta e outras que escreveu revelam que nunca se conformou com a vida acanhada e rotineira que lhe coube, sufocando-se com o provincianismo da Corte portuguesa.¹² Apesar disto, aceitou o destino que a vida lhe reservara. Morta a mãe, passou a controlar as chaves e a ter “tudo posto em rol”; cambraias, damascos e mais tecidos encomendados por ocasião de seu casamento com D. Leonor de Távora foram pouco a pouco convertidos primeiro em moedas e, a seguir, em missas e sufrágios para a marquesa defunta. O que sobrasse, achava justo que se mandasse para a França a fim de pagar as despesas de D. Luís, o irmão e antigo companheiro, anos antes, de sua estada parisiense em casa de D. Luís da Cunha.¹³

D. Luís, pela sua aplicação, era “merecedor ainda de maior despesa”. Aos 18 anos, terminava com distinção as classes de filosofia, dava mostras de grande devoção e, como todo jovem ainda em idade de crescimento, ia ganhando corpo. Para provar o que dizia, D. João enviava ao pai uma medida, vinda de Paris, com o tamanho do irmão — hábito curioso de uma época em que os retratos trocados entre parentes e amigos tinham quase sempre a forma de miniaturas e medalhões, não dando pois idéia da altura do retratado.

A educação de D. Fernando, então com 12 anos, era vez ou outra conturbada por intrigas e desavenças entre os preceptores e os criados. Seu preceptor era o mesmo Abade Durand, que dirigira os estudos dos irmãos mais velhos. A permanência do clima de intrigas — que, anos antes, já havia marcado a estada de D. João na França — e do mestre corrobora a imagem de rotina e pouca inovação intelectual geralmente atribuída ao Portugal setecentista. D. Fernando progredia com lentidão, e os entraves econômicos não ajudavam: impunham negociações no pagamento do mestre principal e cortes de professores suplementares, como os de francês e dança. Uma referência vaga sugere que também esteve na França, mas pouco aproveitou, e seu francês só começou a melhorar quando, já sem mãe, o menino mudou-se para a casa do irmão mais velho, que se valeu do convívio com o caçula para rememorar conhecimentos aprendidos, louvando as qualidades do preceptor: “o abade tem tal arte que seus discípulos tremem dele e ao mesmo tempo lhe têm grande inclinação, e brincam com ele nas horas de recreação, e deste modo nunca lhe saem de diante dos olhos.”

Contando 22 anos, D. Teresa era, ao que tudo indica, a única irmã que lhe restara após a morte recente de D. Ana e a de D. Madalena, ocorrida sete anos antes e dois anos após ter-se casado com Bernardo de Almada, senhor

¹² Ver, a respeito, meu artigo “Fragmentos da vida nobre em Portugal setecentista”, *passim*.

¹³ *Idem*.

de Ilhavo e Carvalhais. Entrara havia pouco, como já foi dito, para o Mosteiro dos Cardeais de Lisboa, e como carmelita descalça adotara o nome de Sor Teresa de Jesus Maria. A falecida marquesa presenteara o padre que havia pregado na sua profissão com um “aparelho de chá dos medianos”, pois ele nada quisera cobrar — aparelho até então em uso na casa e transformado em presente diante da nova situação de penúria financeira.

Em volta de D. João de Almeida passariam a gravitar os três irmãos que haviam restado de um total de onze, a maior parte desaparecida em tenra idade. Numa era de aumento populacional generalizado na Europa, a demografia parece que continuava macabra em Portugal, impondo aos casais o número elevado de rebentos para que uns poucos chegassem à idade adulta. Quatro sobreviventes, dos quais uma freira, uma criança e um — D. Luís — a encaminhar-se para a carreira religiosa faziam com que recaísse sobre o primogênito a responsabilidade pela preservação da estirpe.

D. João sentia sobre si o peso da família, mas começava a arriscar vãos mais autônomos, malgrado as queixas de parentes, como o tio Diogo, que o recriminava de “pedir o seu conselho e de obrar o contrário”:

“Não tem faltado quem me dê conselhos sobre o governo desta casa; não digo que os desprezo, porque na minha idade, e na minha pouca experiência tudo me é necessário, mas faço a consideração que os erros que houver, eu é que os devo pagar, ou seja por conselho de outrem ou por decisão minha, mas a glória das cousas que o mereçam é mais fácil atribuir a conselho alheio, o que também não me convém; neste caso esteja Vossa Excelência certo que assim como devo aceitar o castigo, assim também desejo receber os louvores, se tiver a fortuna de os merecer, e aproveitando-me dos ditames alheios hei de obrar de modo que ninguém possa me subjugar e em tudo hei de procurar agradar a Vossa Excelência.”

Cada vez mais absorvido pelas obrigações para com o círculo familiar, o jovem conde consolidava sua personalidade de Morgado dos Almeida Portugal. Talvez por isto, tenha-se atritado com a sogra, mulher cuja personalidade fortíssima seria largamente demonstrada durante a tragédia que depois se abateu sobre sua casa.¹⁴ Quando escreveu a carta, o rompimento já durava

¹⁴ Ver, a título de exemplo, Camilo Castelo Branco, “A marquesa de Távora”, *Perfil do Marquês de Pombal*, Porto, Porto Editora, s.d. Para uma versão exaltatória e tributária da tradição familiar, D. Luís de Lencastre e Távora, *D. Leonor de Távora — o tempo da ira*, Lisboa, Quetzal Editora, 1993.

cinco meses, e ele, muito consternado no início, ia vendo vantagens naquele estado de coisas. Afinal, a família dos sogros tinha fortuna e prestígio social, e os revezes recentes o impediam de seguir-lhe o ritmo: “passo assim muito bem e agora mais do que nunca me convém por razões econômicas o ficar nesta situação”.

6. Conclusão: a trama do público e do privado

Por trás de um documento extraordinário, que registra detalhes cotidianos da vida nobre e dá contornos aos indivíduos, revelando-os nas suas tragédias pessoais tanto quanto nos prazeres mais simples, ressaltam, com nitidez particular, as repercussões da função pública na esfera privada. Administradores coloniais como D. Pedro Miguel de Almeida Portugal contavam entre os principais funcionários da monarquia imperial portuguesa. O cargo os enobrecia; tudo indica que boa parte da nobreza surgida após a Restauração assim se originou. O cargo podia ainda trazer-lhes acréscimo de rendimentos — perspectiva consagrada na fórmula do *spoils system*, que acima se mencionou. Mas o cargo implicava numa quota enorme de renúncia e sacrifício pessoal. Para dourar os brasões, muitas vezes arruinavam-se as casas, que as ausências prolongadas de seus chefes deixavam acéfalas, entregues a administradores inescrupulosos, a esposas tímidas, inexperientes, inseguras e a filhos ainda bem jovens.

Contudo, muito poucos eram os que podiam passar sem os cargos burocráticos: talvez apenas a mais alta nobreza, garantida por rendimentos fundiários abundantes e consolidados. Na esfera pública, urdia-se, assim, a promoção social que, ao se consumir, podia, contraditoriamente, solapar a organização econômica e familiar do núcleo doméstico. Num país pobre em recursos e cada vez mais periférico em termos econômicos — e o século XVIII consagra a dependência portuguesa em relação à Inglaterra — as casas nobres não teriam como garantir a riqueza, a honra e o *status* sem os benefícios advindos da exploração colonial no ultramar. E, nas terras distantes, nem sempre os benefícios pecuniários compensavam perdas acarretadas pela ausência da terra natal.

Quando D. João de Almeida escreve sua carta, a nobreza portuguesa já estava imersa numa crise tremenda, que o gênio de Sebastião José de Carvalho e Mello procuraria contornar poucos anos depois. Crise de identidade, decorrente em parte do sentimento já secular de inferioridade — a época áu-

rea das descobertas ficara para trás — da defasagem cada vez maior entre os países ao norte e a antes gloriosa Península Ibérica. Crise econômica, advinda da adoção de um projeto rotineiro e arcaico, no qual a indústria nacional quase inexistia, a tradição e o conservadorismo funcionando como entraves insuperáveis. Crise política, expressa no sentido sempre ambivalente com que os nobres almejavam a autonomia; expressa ainda nas intrigas sem fim que pontuavam o dia-a-dia da Corte e que explodiriam de forma dolorosa no atentado — real ou presumido — de 1758 contra D. José. O comportamento do jovem Conde de Assumar revela muito bem todas estas contradições. Despreza o país, o Rei, a Corte, os seus pares, o modo de vida imperante, e que não deixa de ser o seu. Sonha com glórias guerreiras, feitos heróicos no ultramar, fumos passados.

A carta de D. João põe a nu, de modo exemplar, a situação dolorosamente paradoxal que emparedava a nobreza lusitana, não muito distinta das tensões próprias à nobreza européia como um todo, e que a levavam a oscilar entre a fidelidade ao monarca e a conspiração contra o trono. Enquanto criticava a vida na Corte, sonhando com uma existência simples e farta nas propriedades rurais, o jovem conde de Assumar deixa entrever que era do convívio com o Rei que os nobres tiravam seu brilho e seus privilégios. D. João via-se, assim, obrigado a freqüentar os círculos cortesãos para trazer o pai de volta à esfera doméstica, mas não deixava de reprovar a Corte pela futricagem imperante, pelo superficialismo, pela necessidade constante de ostentação. Nobres que se prezassem não tinham como se furtar à função pública, ao convívio cortesão, à governança nas diferentes possessões do Império, pois a isto os obrigava a condição de vassalos fiéis.

Um outro documento mostra que, quando assumiu o governo de São Paulo e de Minas do Ouro, D. Pedro Miguel proferiu diante dos paulistas um discurso cheio de referências aos deveres e às obrigações do bom vassalo, dando como exemplo seu próprio sacrifício:

(...) me expus aos incômodos e instabilidades dos mares: com este me entreguei à inconstante variedade dos ventos, desprezando os trabalhos e os perigos de uma viagem não menos larga que penosa, e com este preceito digo venho experimentar a rigorosa inclemência destes climas tão diversos dos de Portugal, e por tempo tão dilatado a países tão remotos.(...) Todos estes obstáculos venci depois de forcejar e lutar bastante a minha vontade com o meu entendimento, mas finalmente, esquecendo-me da pátria sempre cara e sempre amável, ausentando-me dos parentes e dos amigos, e sobretudo deixando

com grande risco seu, e o meu pesar, ou para melhor dizer arrancando-me violentamente daquelas coisas mais e mais que amáveis, que com âncoras bem aferradas domesticamente me detinham, e que com os laços mais... mas enfim tudo deixei, lá ficou tudo, e aqui estou eu só pelo preceito da obediência a Sua Majestade, pois nada teve comigo tanta força, que desarraigá-lo pudesse do meu peito a reverente submissão que como vassalo lhe professo¹⁵.

D. Pedro Miguel não podia, então, antever a seqüência de desgraças que desabariam sobre sua casa trinta anos depois. Mas sabia haver um preço no exercício da função burocrática, e que obedecer ao Rei poderia significar o sacrifício da família. No fogo cruzado das atribuições públicas e privadas, construía-se assim o *ethos* da nobreza lusitana nos tempos do império ultramarino.

¹⁵ “Discurso que o Exmo. D. Pedro de Almeida Conde de Assumar fez no dia 4 de setembro do ano de 1717, em que tomou posse do governo da Cidade de São Paulo assistindo o Senado, os Nobres, o povo, e alguns Procuradores das Vilas da Sua Comarca”, *Biblioteca da Ajuda*, Seção de Manuscritos, 54/XIII/16.